

INAG
INSTITUTO DA ÁGUA

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE MAGOS

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

DEZEMBRO 2006

Trabalho elaborado pela HIDROPROJECTO, Engenharia e Gestão, S.A., cujo sistema da Qualidade e Ambiente está certificado pela APCER, respectivamente com os n.ºs 1988/CEP.777 e 02/AMB.72

INAG
INSTITUTO DA ÁGUA

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE MAGOS

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

DEZEMBRO 2006

INAG
INSTITUTO DA ÁGUA

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE MAGOS

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Nº DO CONTRATO: TL 2520

Nº DO DOCUMENTO: 01.RP-S.006(0)
FICHEIRO: 252001RPS060.doc

DATA: 2006-12-27

REGISTO DAS ALTERAÇÕES		
Nº Ordem	Data	Designação

O COORDENADOR TÉCNICO:

Índice do documento

1	INTRODUÇÃO	5
2.1	Objectivos do Plano.....	7
2.2	Área de intervenção do plano	7
2.3	Composição e processo de elaboração do plano	7
3.	METODOLOGIA	10
4.	RESULTADOS.....	11
5.	PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE MAGOS DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA.....	13

Anexos

Anexo I. Fichas de Participação

1 Introdução

Na sequência da Elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos (POAM), o Instituto da Água (INAG) procedeu à abertura do período de Discussão Pública, através do Aviso n.º 10.372/2006 (2ª série) publicado no Diário da República n.º 183 – 2ª série, de 21 de Setembro, dando cumprimento ao preceituado n.º 3 do artigo n.º 48 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 Dezembro.

O processo de discussão pública tem como objectivo garantir o envolvimento e participação de todos os interessados, a título individual ou colectivo, no sentido de permitir o melhor conhecimento das propostas do plano e promover o maior envolvimento dos diferentes actores intervenientes no processo de implementação.

O POAM esteve patente para Discussão Pública entre 2 de Outubro e 14 de Novembro de 2006, tendo os elementos constituintes do Plano (Proposta de Plano e Parecer da Comissão Mista de Coordenação) estado patentes para Consulta Pública nos seguintes locais:

- Instituto da Água.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- Câmara Municipal de Salvaterra de Magos.
- Junta de Freguesia de Foros de Salvaterra.
- Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo.
- Junta de Freguesia de Marinhais.
- Site do INAG (<http://www.inag.pt>)

Durante o período da discussão pública realizou-se uma sessão pública de esclarecimento no dia 3 de Outubro de 2006, pelas 20 horas, no Salão da Comissão de Festas de Foros de Salvaterra.

Do processo da discussão pública resultaram seis participações. A apreciação global das participações é apresentada no presente relatório, reflectindo a ponderação do conteúdo das mesmas face os objectivos do Plano.

2 Enquadramento do Plano

A decisão de elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos (POAM) consta da Resolução do Conselho de Ministros nº 135/2001 de 23 de Agosto, onde se refere que:

“Tendo em conta as intenções manifestadas para a ocupação das margens da albufeira, considerou necessário fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável dos recursos hídricos, através da elaboração de um Plano Especial de Ordenamento do Território.”

A albufeira de Magos é uma albufeira de águas públicas originada pela construção da Barragem de Magos (1938) com finalidade de rega de campos agrícolas. Esta barragem localiza-se na ribeira do mesmo nome, integrada na bacia hidrográfica do Rio Tejo estando classificada como albufeira de utilização limitada pelo Decreto Regulamentar nº 2/88 de 20 de Janeiro. De acordo com Artigo 1º do referido Decreto Regulamentar, considera-se uma **albufeira de utilização limitada** aquela que apresenta **localização e condições naturais que lhe confere vocação turística** e não tem como finalidade o abastecimento de populações, nem está em áreas protegidas nem apresenta condicionamentos naturais (superfície reduzida, margens declivosas, dificuldades de acesso, variações frequentes do nível de exploração).

Por ser um Plano Especial de Ordenamento do Território, com ele se devem conformar os planos municipais e inter-municipais de ordenamento do território, bem como os programas e projectos a realizar na sua área de intervenção e vincula entidades públicas e privadas.

A elaboração do Plano decorreu ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 502/71 de 18 de Novembro, dos Decretos Regulamentares nº 2/88 de 20 de Janeiro e nº 37/91 de 23 de Julho, do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, da Portaria n.º137/2005, de 2 de Fevereiro e da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro.

2.1 Objectivos do Plano

A elaboração do POAM visa os seguintes objectivos (Ponto 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 135/2001):

- *“Assegurar a articulação entre os diversos usos e actividades permitidos ou potenciados pela albufeira, bem como a sua compatibilização com a finalidade que presidiu à sua criação.*
- *Fixar, no plano de água e na zona envolvente da albufeira, os usos e o regime de gestão compatíveis com aquela finalidade, bem como com a protecção, valorização ambiental, salvaguarda do património arqueológico e construído e o desenvolvimento da área.*
- *Garantir a articulação com outros instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional ou municipal, nomeadamente com o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo, e com as entidades com competências na área de intervenção do plano.”*

2.2 Área de intervenção do plano

A área de intervenção do POA foi estabelecida com base no disposto do Decreto Regulamentar nº 2/88 de 20 de Janeiro e na Resolução do Conselho de Ministros nº 135/2001 de 23 de Agosto que determina a elaboração do POA de Magos.

O POA incide sobre o Plano de Água da albufeira de Magos definido pela área inundada ao Nível do Pleno Armazenamento (NPA) e a zona de protecção definida pela área delimitada pela linha dos 500 metros, medida na horizontal, a partir da linha do NPA.

2.3 Composição e processo de elaboração do plano

A elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos contempla três etapas de estudo:

- Estudos de Base;
- Estudo Prévio de Ordenamento
- Projecto de Plano.

O Projecto de Plano é constituído pelos seguintes elementos (Artigo 45º do Decreto-Lei nº 380/99):

- Regulamento;
- Planta Síntese de Ordenamento à escala 1:5.000;

Para além disso o Plano é acompanhado pelos seguintes elementos:

- Relatório;
- Programa de Execução;
- Plano de Investimento;
- Planta de Enquadramento à escala 1:25.000;
- Planta de Condicionantes à escala 1:5.000;

O acompanhamento da elaboração do plano, nos termos do disposto no nº 2 do Artigo 47º do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro e do ponto 4 da Resolução do Conselho de Ministros nº 135/2001 de 23 de Agosto, uma Comissão Mista de Coordenação (CMC) na qual estiveram representados:

- CCDR – LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (que presidiu);
- Município de Salvaterra de Magos;
- INAG – Instituto da Água;
- IDRHa – Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
- IPA – Instituto Português de Arqueologia;
- IPPAR – Instituto do Português do Património Arquitectónico;
- DGF – Direcção-Geral das florestas;
- DGT – Direcção Geral do Turismo;
- DGOTDU – Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;
- Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente - a qual nunca nomeou o seu representante

A ARBVS – Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia – esteve presente nas reuniões da Comissão Mista de Coordenação, como convidada ao abrigo do artigo 7.º do Regimento da CMC.

A nível cartográfico o Plano tem por base o levantamento aerofotogramétrico elaborado expressamente para este Plano e o levantamento hidrográfico da área inundada pela albufeira de Magos, ambos à escala 1:5.000.

Foram considerados os regimes legais que estabelecem as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública bem como outros documentos legais que estabelecem os principais princípios e opções de ordenamento das albufeiras.

3. Metodologia

No âmbito do processo de discussão pública, foram obtidas seis participações. O conteúdo destas fichas foi numa primeira fase, analisado por forma a definir os temas e subtemas que as caracterizavam. Com base neste trabalho foi possível preencher a base de dados.

A estrutura das fichas de participação da base de dados é constituída pelos seguintes campos:

- Identificação do participante, incluindo a tipologia do reclamante (designadamente se é particular, associação etc.).
- Identificação da incidência espacial da participação (Área de intervenção, Bacia hidrográfica, Plano de água, Zona terrestre de protecção, Zona terrestre para além dos 500 metros).
- Identificação do tema e sub-temas da participação (o tema identifica o elemento do plano onde incide a participação e o sub-tema identifica sempre que possível a área temática/classe de espaço/actividade/uso, etc.).
- Classificação da participação (se a participação é ou não considerada no âmbito da ponderação). Neste campo, é ainda apresentado a justificação pela qual a participação não é considerada.
- Descrição da participação e respectiva análise. Esta análise é apresentada sob a forma de comentário, contendo alternativas e/ou justificações dependendo do tipo de participação.

Após a apreciação e ponderação das participações, procedeu-se à elaboração das respostas individualmente por ficha de participação.

4. Resultados

Das seis participações apresentadas durante o processo de discussão pública do POAM, foram apenas identificadas duas tipologias de reclamante – Particular Individual com 83% e Associação com 17% (ver Figura 4.1).

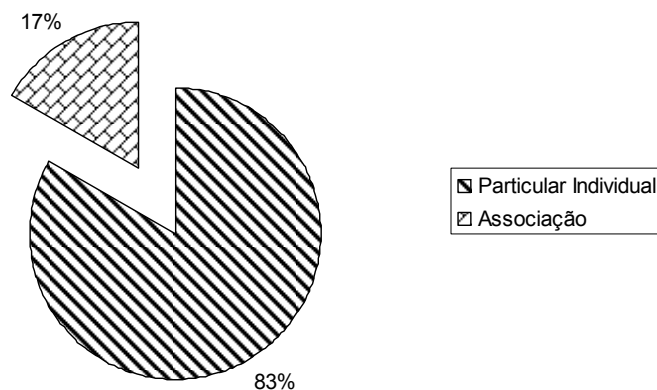


Figura 4.1 Tipologia do reclamante.

Especialmente, as participações relacionam-se com a Zona Terrestre de Protecção e com o Plano de Água, das quais, 91% estão relacionadas com a Zona Terrestre de Protecção e 9% com o Plano de Água (Figura 4.2).

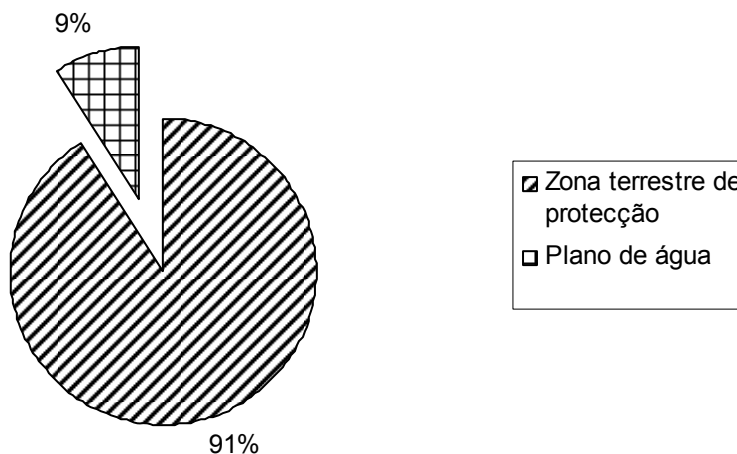


Figura 4.2 Distribuição espacial das participações.

De acordo com as participações apresentadas foram definidos temas e subtemas adequados aos conteúdos das fichas (ver Quadro 4.1).

Quadro 4.1 Temas e sub-temas das participações.

Tema	Sub-tema
Regulamento - Planta de Condicionantes	Reserva Ecológica Nacional
Regulamento - Planta Síntese de Ordenamento	Espaço Agrícola
	Áreas de recreio e lazer
	Rede viária
	Zonamento do plano de água

Os sub-temas mais abordados dizem respeito à Reserva Ecológica Nacional (expressa na Planta de Condicionantes) e à classe de Espaço Agrícola (definida pela Planta Síntese) correspondendo respectivamente a 37%, 36% das participações. As questões relacionadas com “áreas de recreio e lazer”, “rede viária” e “zonamento do plano de água” corresponderam cada uma 9% das participações (Figura 4.3).

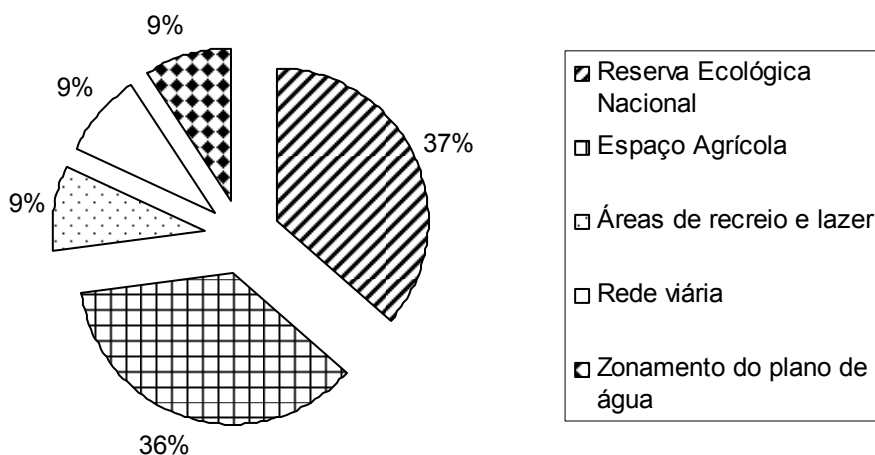


Figura 4.3 Sub-temas das participações.

As participações foram na sua globalidade objectivas, no entanto, o seu conteúdo extravasa genericamente os objectivos do POAM só tendo por isso justificado uma alteração ao plano.

As participações/comentário são apresentadas em Anexo.

5. Propostas de alteração ao Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos decorrentes da discussão pública

Da análise das participações, resultaram cinco questões, duas das quais presentes em quatro participações. Das questões apresentadas foi apenas considerada uma questão relacionada com a promoção da actividade da pesca:

- Colocação de pesqueiros de madeira assentes em estacarias do mesmo material nas margens da albufeira.

A sua concretização depende que sejam garantidas as condições de qualidade da água conforme expresso no Regulamento do plano. Esta intervenção foi incluída na Planta de Síntese, Regulamento, Programa de Execução e na Programação Financeira.

As questões não consideradas relacionam-se com:

- A criação de novas áreas urbanas em classes de espaço agrícola com a consequente exclusão de terrenos da Reserva Ecológica Nacional.
- A remoção do passadiço proposto.
- A reabilitação dos caminhos pedestres e estradas existentes.

Pelas seguintes razões:

- De acordo com o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, o Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos é um Plano Especial de Ordenamento do Território. Este tipo de planos têm como objectivo estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território. Não é objectivo do presente plano a definição de novas áreas urbanas.
- As classes de espaço "Espaço Urbano" e "Espaço de Urbanização Programável" do Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos são as definidas pelo Plano Director Municipal de Salvaterra de Magos. Não é do âmbito do presente plano propor novas áreas de urbanização programável.
- A Albufeira de Magos pelas suas características morfológicas e paisagísticas e pela sua localização no território nacional, constitui um pólo de atracção alternativo ao turismo clássico das zonas litorais. Por este motivo, a estratégia de ordenamento para a Albufeira de Magos assentou na valorização dos

recursos e do potencial recreativo e paisagístico, entre outros pressupostos de interesse social, económico e territorial. Foram deste modo definidas áreas de recreio e lazer, um ancoradouro, percursos, etc. O passadiço surge como elo de ligação entre duas áreas de recreio e lazer e garante a continuidade da pista ciclável e a circulação pedonal ao longo da albufeira.

- O presente plano contempla a reabilitação e/ou a reconstrução dos caminhos existentes, por forma a possibilitar o acesso e o contorno da albufeira a pé e de bicicleta, na proximidade do NPA.

ANEXOS

ANEXO I

FICHAS DE PARTICIPAÇÃO

Fichas de participação:

Tipologia do Reclamante	Nome
Particular Individual	Maria do Rosário Andrónico Neves Pelixo
Particular Individual	Vera Lúcia Godinho Andrónico
Particular Individual	Nuno Manuel Andrónico Lopes
Particular Individual	Luis Miguel Andrónico Correia Duarte
Particular Individual	Osvaldo Manuel Amaro Lucas
Associação	Pica e Pucha Associação de Pesca Desportiva dos Foros de Salvaterra